

**Fundo de Investimento do
Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço – FI-FGTS**

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2015

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Aplicações - Especificações

	Espécie/ Tipo	Quantidade	Custo total R\$ mil	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				2	-
Banco conta movimento				2	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			5.393.442	5.393.442	16,35
Letras do Tesouro Nacional		6.433.016	5.393.442	5.393.442	16,35
Debêntures não conversíveis em ações			15.485.009	15.485.009	46,94
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	4.351.803	4.351.803	13,19
Sete Brasil Participações S.A.		1.850	2.620.851	2.620.851	7,95
PDD - Provisão para perda			-188.237	-188.237	-0,57
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	2.171.141	2.171.141	6,58
Eldorado Celulose e Papel S.A.		940.000	1.112.452	1.112.452	3,37
Porto do Açu S.A.		750.000	1.080.253	1.080.253	3,28
Teles Pires Participações S.A.		65.000	878.717	878.717	2,66
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	627.871	627.871	1,90
Brasil Term Participações S.A.		1	490.302	490.302	1,49
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		470.000	434.926	434.926	1,32
Ligth Energia S.A.		30.000	27.761	27.761	0,08
Alupar Investimentos S.A.		300	371.957	371.957	1,13
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	370.374	370.374	1,12
MRS Logística S.A.		30.000	176.984	176.984	0,54
ALL AM Latina Logística Malha Sul		1	175.493	175.493	0,53
Ferrobarragem Ferroviária Bandeirantes S.A.		1	175.493	175.493	0,53
Ferro Norte S.A. Ferroviária Norte Brasil		1	175.493	175.493	0,53
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.075	119.075	0,36
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA		171.000	117.156	117.156	0,36
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	110.294	110.294	0,33
Odebrecht TransPort. Participações S.A.		7.950	84.850	84.850	0,26
Cotas de fundos				2.795.546	8,47
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia		1.100.025.809,1111000		719.346	2,17
Caixa Fundo de Investimento em Participações Saneamento		500.000.000,0000000		733.936	2,23
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste		641,26770147		646.075	1,96
Fundo de Investimento em Participações Sondas		633.602.617,000000		557.409	1,69
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,00000000		101.072	0,31
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V GT		200.000,000000		36.344	0,11
Fundo de Investimento em Participações Caixa Integração Logística		2.500,00000000		1.364	-
Ações sem cotação em bolsa				7.522.142	22,81
Odebrecht TransPort. Participações S.A.	ON	64.400.045	2.364.368	2.364.368	7,16
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.235.237	1.235.237	3,75
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593	1.161.075	1.161.075	3,52
Cone S.A.	ON	35.099.302	865.728	865.728	2,63
Energimp S.A.	ON	460.437.026	513.451	513.451	1,56
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	410.381	410.381	1,24
MDCPar S.A.	ON	3.757.260	300.137	300.137	0,91
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	245.451	245.451	0,74
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	95.021	95.021	0,29
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	172.025	172.025	0,52
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	40.991.800	39.587	39.587	0,12
Ijuí Energia S.A.	ON	42.041.590	31.937	31.937	0,10
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	35.097	35.097	0,11
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	30.372	30.372	0,09
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	22.275	22.275	0,07
Ações com cotação em bolsa				486.311	1,47
Alupar Investimentos S.A.	UNT	29.243.000	486.311	486.311	1,47
Ações preferenciais resgatáveis				261.883	0,79
Hidrotérmica S.A.	PN	67.796.610		261.883	0,79
Valores a receber				1.058.401	3,21
Valores a receber				967.723	2,93
Dividendos e bonificações a receber				85.658	0,26
Outros				5.020	0,02
Total do ativo				33.002.736	100,04
Valores a pagar				26.306	0,08
Taxa de administração				21.939	0,07
Ações a liquidar				4.141	0,01
Auditoria e custódia				226	-
Patrimônio líquido				32.976.430	99,96
Total do passivo e patrimônio líquido				33.002.736	100,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Patrimônio líquido no início do semestre

Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada 31.871.414

Patrimônio líquido antes do resultado

31.871.414

Resultado do semestre

Receitas

1.217.016

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez 302.292

Resultado de títulos e valores mobiliários 914.724

Outras receitas/despesas operacionais

21.387

Rendas de valores a receber 15.559

Outras despesas operacionais 5.828

Despesas

(133.389)

Taxa de administração (133.015)

Auditoria e custódia (353)

Taxa de fiscalização CVM (21)

Total do resultado do semestre

1.105.014

Patrimônio líquido no final do semestre

Representado por 20.172.649.229,455 cotas a R\$ 1,634709940 cada 32.976.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participações, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

c.2. Debêntures não conversíveis em ações

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações, e a atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, bem como as debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo, ajustadas por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável considerando as características intrínsecas de cada emissor.

c.3. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pelo indexador estabelecido nos instrumentos da operação, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos conforme os instrumentos da operação, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.6. Ações com cotação em bolsa

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 30 de junho de 2015 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 30/6/2015	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	(a)	4.351.803	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Sete Brasil Participações S.A.	(b)	2.620.851	1.850.000	19/02/2013	15/08/2033
(-) Provisão para Perda		(188.237)	-	-	-
Santo Antônio Energia S.A.	(c)	1.101.373	770.448	25/10/2012	01/11/2036
		1.069.768	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.112.452	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Porto do Açu Operações S.A.	(e)	1.080.253	750.000	15/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	878.717	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(g)	434.926	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(h)	627.871	610.000	10/04/2015	15/08/2020
Brasil Term. Participações S.A.	(i)	490.302	400.312	08/05/2014	27/12/2024
Light Energia S.A.	(j)	27.761	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Alupar Investimento S.A.	(k)	371.957	300.000	30/05/2012	30/05/2027
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(l)	370.374	300.000	04/06/2012	04/06/2027

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Emissora		Valor em 30/6/2015	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
MRS Logística S.A.	(m)	176.984	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	175.493	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(o)	175.493	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(p)	175.493	166.667	08/09/2008	31/07/2018
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S.A.	(q)	119.075	109.000	10/12/2010	10/12/2035
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(r)	117.156	171.000	03/04/2009	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(s)	110.294	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht Transport S.A.	(t)	84.850	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		15.485.009	16.123.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovias, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)**

petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 1 de fevereiro de 2013 foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada.

Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A.

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures têm como destino o financiamento do programa de investimentos da emissora, que envolve a construção de sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Conforme demonstrações financeiras divulgadas da companhia, em 31 de dezembro de 2014, a Sete Brasil Participações S.A. apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2014, relacionadas às dívidas com os estaleiros e com os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, assim como instituições de fomento. A conclusão dessas negociações depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, o que indica a existência de uma incerteza que pode suscitar dúvidas sobre a efetivação da captação, o que poderá comprometer a continuidade da Companhia.

A administração da Sete Brasil Participações S.A. considerou apropriada a preparação das demonstrações financeiras anuais de 2014 com base no pressuposto de continuidade da Companhia. A evolução e finalização das operações de longo prazo para o financiamento dos projetos dependem da reavaliação da estratégia da Companhia e de um novo plano de captação de recursos financeiros para viabilizar a execução dos projetos, em processo de negociação e estruturação entre a administração da Companhia, seus acionistas e os credores atuais e potenciais.

Conforme demonstrações financeiras divulgadas da companhia, em linha com o novo plano de financiamento ora em estruturação, a Companhia vem conseguindo negociar junto aos credores a não declaração de vencimento antecipado de financiamentos de curto prazo (*bridge loans*) vencidos até a data da publicação das

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

demonstrações financeiras anuais, exceto pelo Empréstimo Ponte 5 junto ao *Standard Chartered Bank*, no montante de R\$ 664 milhões que emitiu notificação de “*default*” contra a Companhia. A Companhia negocia em conjunto com instituições financeiras brasileiras que já são seus credores ou credores de *stakeholders* alternativas de estruturação financeira para obter o financiamento de longo prazo, em valor suficiente para viabilizar o seu plano de negócios. A Administração da Companhia, seus acionistas e os credores envolvidos tem a expectativa de concluir a estruturação do novo modelo de financiamento até o segundo trimestre de 2015.

Devido a todo o processo de reestruturação do modelo de financiamento para viabilizar o plano de negócios da companhia, a Administração do FI-FGTS por conservadorismo lançou no balanço do fundo provisão para perdas relacionadas à participação que possui como cotista no Fundo de Investimento em Participações Sondas no valor de R\$ 185.895 e para as debêntures emitidas pela companhia no valor de R\$ 188.237.

c) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

d) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como objetivo a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas – MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) Porto do Açú Operações S.A.

A Porto do Açú Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra – RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na companhia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social.

Em 01 de setembro de 2014 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a alteração da razão social da companhia, de LLX Açú Operações Portuárias S.A. para Porto do Açú Operações S.A..

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

h) Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Novadutra – Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra – Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia pode abrir filiais, escritórios, agências ou sucursais, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, a critério do Conselho de Administração. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR – 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

i) BrasilTerm Participações S.A.

A BrasilTerm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a BrasilTerm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a BrasilTerm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

j) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

k) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de deter participação em 3 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A..

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os recursos captados por essa emissão de debêntures são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

l) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão serão utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

n) ALL – América Latina Logística S.A.
(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

o) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

p) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

r) Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht Transport S.A. tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

5 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Em 28 de maio de 2013, o Fundo recebeu R\$ 18.678 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 07 de maio de 2014, o Fundo recebeu R\$ 49.128 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 17 de outubro de 2014, o Fundo recebeu R\$ 14.037 a título de distribuição de dividendos intermediários de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 624.901.800 está representado por 461.243.596 (461.243.600 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias e 163.658.204 (163.658.200 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações		Qtde. de ações		Total	Total (%) Total
	ON	(%)	PN	(%) Total		
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	10,02%	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.004	6,34%	58.486.000	35,74%	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	54,25%	133.171.800	21,31%
Total	461.243.596	100%	163.658.204	100%	624.901.800	100%

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

6.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 30 de junho de 2015 conforme quadros constantes na próxima página. O valor da equivalência patrimonial apresentado nesta demonstração financeira é com base no balanço patrimonial após o fechamento do exercício social das companhias investidas em 31 de dezembro de 2014.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)**

		30 de junho de 2015				
Empresas		Saldo Contábil em 31/12/2014	Valor Patrimonial	Ágio/Deságio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 30/06/2015
Cone S.A.	(a)	865.729	623.996	280.119	(38.386)	865.729
Energimp S.A.	(b)	513.452	362.178	151.274	-	513.452
OAS Óleo e Gás S.A.	(c)	87.744	68.440	19.304	-	87.744
Odebrecht TransPort S.A.	(d)	2.364.368	1.084.888	1.279.480	-	2.364.368
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(e)	1.161.075	596.833	564.242	-	1.161.075
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(f)	39.587	39.587	-	-	39.587
Hidrotérmica S.A.	(g)	172.024	80.751	91.273	-	172.024
Ijuí Energia S.A.	(h)	31.937	31.937	-	-	31.937
J Malucelli Energia S.A.	(i)	245.451	90.983	178.638	(24.170)	245.451
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(j)	95.021	95.021	-	-	95.021
MDCPAR S.A.	(k)	300.136	131.516	168.620	-	300.136
Brado Logística e Participações S.A.	(l)	410.381	126.158	284.223	-	410.381
VLI S.A.	(m)	1.235.237	1.312.249	(77.012)	-	1.235.237
TOTAL em junho de 2015		7.522.142	4.644.537	2.940.161	(62.556)	7.522.142

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)		
	Junho de 2015		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,01%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Transport S.A.	64.400.045	-	30,00%
VLI S.A..	1.413.854.823	-	15,90%
	2.638.114.072	154.680.044	

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

a. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 30 de abril de 2015.

b. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 6 de março de 2015 com ressalvas em relação a não obtenção da confirmação dos valores a receber e a pagar, assim como as transações efetuadas com as partes relacionadas no exercício findo nessa data. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada às condições descritas no relatório que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da companhia.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

c. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, a companhia tem por objetivo social a participação em sociedades, fundos de investimento, consórcios e outras entidades que, de forma direta ou indireta, prestem serviços de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Em 02 de janeiro de 2014 o Fundo subscreveu 5.159.960 ações emitidas pela OAS O&G, sendo 1.309.916 ações ON, 1.786.061 ações PNA e 2.063.983 ações PNB, decorrentes do aumento do capital social deliberado na 11ª AGE da OAS O&G realizada em 17 de dezembro de 2013.

Em 17 de janeiro de 2014 o Fundo integralizou R\$ 90.000 em ações subscritas em 02 de janeiro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o Fundo mantinha o compromisso de integralizar R\$ 710.000, desde que cumpridas as condições e procedimentos necessários previstos no Acordo de Investimentos firmado entre o Fundo e a OAS Investimentos.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 24 de abril de 2015 sem ressalvas, e com ênfase relacionada a condições que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da companhia.

d. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 2 de março de 2015.

e. Odebrecht Ambiental Participações S.A.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O Fundo investia na Odebrecht Ambiental S.A. (“OA”), e em 2014, essa companhia passou por um processo de reestruturação societária com objetivos principais da gestão mais eficiente das atividades e investimentos no segmento de água e esgoto, utilities e resíduos e simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

Em 29 de setembro de 2014, ocorreu a incorporação das ações da OA pela Odebrecht Engenharia Ambiental S.A. (“OEA”), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da OA em subsidiária integral da OEA. Em decorrência desse evento foi atribuída 1 ação ordinária de emissão da OEA para cada 3,07181571 ações ordinárias de emissão da OA incorporada. Referida relação de substituição das ações da OA pelas ações da OEA levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias, de forma que foram emitidas 50.563.645 novas ações ordinárias e

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

nominativas, sem valor nominal, da OEA para o Fundo em substituição às ações detidas por este último na OA.

Em 30 de setembro de 2014, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OEA pela Odebrecht Ambiental Participações (OA Participações), nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OEA em subsidiária integral da OA Participações. Em decorrência desse evento foram atribuídas 10,097207 ações ordinária de emissão da OA Participações para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OEA incorporada. Referida relação de substituição das ações da OEA pelas ações da companhia levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias, de forma que foram emitidas 510.551.593 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OA Participações, sendo destinados R\$ 510.552 para aumento de Capital e R\$ 568.720 para Reserva de Capital, que foram subscritas e integralizadas em favor do Fundo.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2015.

f. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2015.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

g. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 8 de maio de 2015, com as seguintes ressalvas: (i) a companhia e algumas controladas incorreram em descumprimento de cláusulas restritas (“covenants”) vinculadas a índices financeiros e operações de mútuos constantes em determinados contratos de financiamentos, cujo descumprimento permite às instituições financeiras exigir antecipadamente o valor total dos financiamentos vinculados, sendo que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os correspondentes montantes de R\$ 181.818 e R\$ 739.563 na controladora e no consolidado, respectivamente, classificados no passivo não circulante devem ser reclassificados para o passivo circulante. Dessa forma, os saldos no passivo circulante estão a menor e os saldos do passivo não circulante estão a maior nesses montantes; (ii) a companhia encontrava-se em processo não concluído de revisão e análise do montante de R\$ 69.880, referentes a adiantamentos para fornecedores quanto à capacidade e forma de realização futura, não sendo possível concluir se algum ajuste seria requerido nas demonstrações financeiras dessa data como resultado da conclusão desse processo; e (iii) o recebimento de determinadas confirmações de saldos de bancos e fornecedores e a conciliação de algumas respostas recebidas de fornecedores com divergências estavam pendentes, não sendo possível concluir sobre o montante de R\$ 34.682 contabilizados na rubrica de fornecedores, bem como sobre possíveis exceções vinculadas à integridade das operações com instituições financeiras. Esse relatório dos auditores continha também ênfase sobre o fato da companhia apresentar excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e estar em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) constantes em contratos com instituições financeiras, quem poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos e a Administração da companhia, baseada em negociações em curso, tem a expectativa de que irá obter em 2015 recursos adicionais de longo prazo e de que as instituições financeiras não irão exigir os passivos de forma antecipada. Contudo, o fato de que tais negociações e entendimentos

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

não estão, até a data da emissão das demonstrações financeiras, finalizados e formalizados, gera incerteza significativa quanto à capacidade de a companhia cumprir com suas obrigações de curto prazo e continuar operando com normalidade.

h. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 19 de fevereiro de 2015 sem ressalvas, com ênfase relacionada à dependência de aporte de recursos financeiros suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados

i. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 3 de março de 2015 sem ressalvas e com ênfase relacionada a condições que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da companhia.

j. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O saldo do Fundo pendente de integralização na companhia em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 15.750 e foi integralizado em 13 de março de 2014.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 67.352, mediante a emissão de 67.351.785 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 30.308.303 ações, no montante de R\$ 30.308, as quais foram integralizadas em 16 de abril de 2013.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 43.407, mediante a emissão de 43.406.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, cujo o Fundo subscreveu 19.532.970 ações, no montante de R\$ 19.533, integralizadas em 16 de dezembro de 2013.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 20.908, mediante a emissão de 20.908.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.408.727 ações, no montante de R\$ 9.409, dos quais R\$ 717 foram integralizados em 30 de abril de 2014, e R\$ 4.550 foram integralizados em 09 de maio de 2014, permanecendo o montante de R\$ 4.141 na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 01 de abril de 2015.

k. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica “Ações a liquidar”, no

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 31.137 mediante a emissão de 1.411.377 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 536.323 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 31.128. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 13 de junho de 2014.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 49.628 mediante a emissão de 2.861.732 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 1.087.458 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 49.610. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 27 de novembro de 2014.

Conforme o Termo de Transferência de Ações e Outras Avenças de 30 de dezembro de 2014 o FI-FGTS e a MDCPAR desejam através de uma reorganização entre Si transferir as ações detidas pelo FI-FGTS na ERB para a MDCPAR conforme Nota Técnica elaborada, em razão da transferência a MDCPAR passara a deter as ações que o FI-FGTS detinha na ERB, assumindo todas as obrigações e deveres e o FI-FGTS subscreverá novas ações emitidas pela MDCPAR. O FI-FGTS transfere a MDCPAR 34.931.034 ações que detém na ERB (26,21% de participação), passando a MDCPAR a ser a titular de todos os direitos e obrigações decorrentes da Transferência. Em contrapartida a transferência, a MDCPAR emite 1.161.709 novas ações da MDCPAR que são subscritas pelo FI-FGTS aumentando sua participação na MDCPAR para 47,012133%.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 12 de março de 2015, (i) com ressalva quanto às demonstrações contábeis da investida ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. estão sendo auditadas por outros auditores independentes, os quais não concluíram seus exames até a emissão do relatório, não tendo sido emitido opinião sobre aquelas demonstrações contábeis da ERB. Como consequência, não foi possível os auditores formarem uma opinião sobre o saldo dos investimentos da ERB e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2014 e seus respectivos efeitos naquelas demonstrações; e (ii) ênfase com relação à controlada ERG Petróleo e Gás Ltda. ter incorrido em prejuízos acumulados nos últimos anos dada a interrupção do fornecimento de gás natural ao seu único cliente, e no mês de fevereiro de 2015 o fornecimento foi reiniciado em uma nova estação de descompressão que, se continuado ao longo dos próximos anos conforme aditivo

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

assinado entre as partes em julho de 2014, reverterá os prejuízos acumulados em questão.

l. Brado Logística e Participações S.A.

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 01 de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócio de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga refeed e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Brado Logística S.A. realizada em 05 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 2.857.143 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu a totalidade das ações emitidas e as integralizou na mesma data.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 4 de março de 2015.

m. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

No dia 1º de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 ações ordinárias. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Vale S.A. mediante conferência ao capital social de 357.565.023 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A.. O estatuto social foi modificado para indicar o novo capital social e quantidade de ações da VLI.

No dia 7 de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 800.000, mediante a emissão de 942.569.882 ações ordinárias. As ações emitidas foram subscritas pela Mitsui & Co. Ltd e, posteriormente, no dia 14 de abril de 2014, integralizadas. O estatuto social foi modificado para indicar o novo capital social e quantidade de ações da VLI.

No dia 14 de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 476.700 e constituição de Reserva de Capital – Reserva Especial para Aumento de Capital no valor total de R\$ 723.300, mediante a emissão de 1.413.854.823 ações ordinárias subscritas pelo FI-FGTS. As ações subscritas foram integralizadas pelo FI-FGTS em 02 de maio de 2014 no valor total de R\$ 1.200.000.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2015.

6.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 30 de junho de 2015 monta a R\$ 261.883 e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 85.658.

7 Valores a receber - Energisa S.A.

A Energisa é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo. A companhia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela Energisa em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente, no exercício de 2013, o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo valor do crédito homologado judicialmente, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício de 2013 de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de julho de 2014 o Fundo recebeu o montante de R\$ 19.341 referente ao pagamento de juros previstos na operação, sendo que em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado do crédito é de R\$ 724.735.

O Fundo recebeu o montante de R\$ 15.172 referente ao pagamento de juros previstos na operação, sendo que em 30 de junho de 2015 o valor atualizado do crédito é de R\$ 739.907.

8 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$ mil)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Aportes em 2013	-	-
Aportes em 2014	790.675.995,4925	1.200.000
Aportes em 2015	-	-
Total aportado até 30/06/2015	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 26 de maio de 2015, com base na Resolução nº 775 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 - Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 51.676.679.760,90 (cinquenta e um bilhões, seiscentos e setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e noventa centavos), equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2013, acrescido de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do FGTS, totalizando R\$ 53.676.679.760,90 (cinquenta e três bilhões, seiscentos e setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e noventa centavos).

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante o semestre findo em 30 de junho de 2015.

11 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no semestre, foi R\$ 133.015.

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do semestre de R\$ 32.562.914 seguintes é o seguinte:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
30 de junho de 2015	133.015	0,41	374	0,00

13 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Tributos

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

15 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram os seguintes:

Data	Valor da cota (R\$)	Rentabilidade (%)
30 de junho de 2015	1,634709940	3,46709960

16 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

18 Partes relacionadas

O Fundo mantém em 30 de junho de 2015 um montante de R\$ 21.939 relativo à taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o semestre uma despesa com taxa de administração de R\$ 133.015.

19 Alteração estatutária

Em decorrência da publicação no Diário Oficial da União nº 100, de 28 de maio de 2015, da Resolução do CCFGTS nº 775, de 26 de maio de 2015, em 28 de maio de 2015 foi alterado o artigo 17 e incluído o artigo 53-B, parágrafo único, alínea “a” do Regulamento do Fundo, além da alteração da definição de “Valor Total Subscrito”.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(CNPJ nº 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2015
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

20 Evento subsequente

Em 27 de agosto de 2015 o Fundo adquiriu 98.237 cotas do Fundo de Investimento em Participações Sondas, no montante de R\$ 98,2 integralizados na mesma data e pagou a taxa de ingresso no montante de R\$ 2,4.

Edilson Garcia da Silva
CRC 1 SP 228221/0-4

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-Presidente

* * *